



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Requerimento nº , de 2013
(Dep. Assis Carvalho)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre as denúncias referentes a licitações e contratos de compra e manutenção de equipamentos na Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos – CPTM e Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero a realização de reunião de audiência pública para analisar e discutir questões relacionadas às denúncias referentes a licitações e contratos de compra e manutenção de equipamentos na Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos – CPTM e Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, empresas vinculadas a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, do Governo do Estado de São Paulo.

Solicitamos que seja convidado o Sr. Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo; o presidente da Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos – CPTM; o presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ; um representante do Conselho Administrativo de Desenvolvimento Econômico – CADE; um representante do Ministério Público Federal; e um representante do Ministério Público do Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

O Brasil tem acompanhado a divulgação das denúncias, referentes a possíveis atos de formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nas licitações e contratos de compra e manutenção de equipamentos na Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos – CPTM e Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, empresas vinculadas a Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE abriu procedimento de investigação, tendo recebido revelações da própria Siemens e de ex-funcionários, em troca de imunidade civil e criminal para a empresa e seus executivos. A operação foi chamada de “Linha Cruzada” e o inquérito administrativo no CADE é resguardado por sigilo, envolvendo também o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal.

A atuação desta Comissão de Finanças e Tributação se faz necessária em razão dos contratos de compra e manutenção supramencionados terem mobilizado, inclusive, recursos financeiros concedidos mediante operações de crédito contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sala de Sessões, em de de 2013.

Assis Carvalho
Deputado Federal (PT/PI)